

Considerações sobre Produtividade e Geração de Emprego na Indústria Paranaense nos Anos Recentes

Daniel Nojima*

Este texto discute os avanços da produtividade e do emprego na indústria paranaense no período recente, particularmente durante os anos de 1993 e 1994, quando a indústria cresceu a taxas bastante elevadas.

A desaceleração vivida pela economia brasileira tem alimentado o debate acerca da adequação da política monetária e sua influência sobre a atividade econômica, os planos de investimento e, principalmente, sobre o nível de desemprego.

De fato, a forte redução do nível de atividade econômica – refletida na queda de 10,82% da produção industrial brasileira de março a agosto e no declínio de 19% do INA paulista de outubro em relação a março – provocou aumento na taxa de desemprego nacional, medida pelo IBGE, de 4,42% em março para 5,19% em setembro. O setor industrial vem sendo mais intensamente afetado pela contração econômica, evidenciada pela queda absoluta de 179.874 vagas no emprego industrial paulista em 1995, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

No Paraná, os indicadores de desemprego registram tendência ascendente desde o início do segundo trimestre de 1995, motivada pelo declínio da rentabilidade agrícola e pela política econômica restritiva conduzida pelo governo federal. Até setembro, a indústria do Estado acumulou queda de 4,3% no volume de produção física, comparado ao de 1994,

assumindo, ao lado de Rio Grande do Sul (-3,0%), o pior desempenho entre os estados da Federação.

Na mesma direção, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Curitiba vem aumentando desde maio, atingindo 11,6% em novembro de 1995 – índice significativamente acima dos 8,9% obtidos em janeiro de 1995. Conforme os dados de emprego industrial da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), houve também declínio acumulado entre abril e outubro de 4,69%, comandado pelos setores de vestuário, minerais não-metálicos, papel e papelão e madeira (tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO ACUMULADO DE JANEIRO A NOVEMBRO, SEGUNDO GÊNEROS DE ATIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE - 1995

GÊNEROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Minerais Não-metálicos	-7,70
Metalurgia	12,14
Mecânica	13,02
Material Elétrico e de Com.	1,01
Material de Transporte	20,30
Madeira	-2,59
Mobiliário	11,15
Papel e Papelão	-2,82
Couros e Peles	1,32
Química	2,28
Produtos de Matéria Plástica	-3,09
Têxtil	6,11
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	-19,76
Produtos Alimentares	-1,61
Bebidas	24,85
TOTAL	1,03

FONTE: FIEP

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Desse modo, é inegável a influência dos fatores conjunturais na determinação do volume de emprego no curto prazo das economias brasileira e paranaense. Não é de se surpreender que o acirramento do debate atual sobre as causas conjunturais do desemprego traga à tona a discussão de suas raízes estruturais. Isto porque a experiência brasileira recente tem demonstrado que o vigoroso aumento de produtividade industrial registrado desde o início dos anos 90 vem gerando expressiva redução no número de vagas na indústria. Nesse sentido, ilustram FEIJÓ e CARVALHO: "No período 1986-89, a produção aumentou 11,5% e o emprego 9,9%, contra -8,2% e -24,5% de 1990 a 1993, respectivamente. Isto sugere que a elasticidade emprego-produto está diminuindo drasticamente [...]".¹

Portanto, a produção tende a crescer gerando relativamente menos empregos. Um fato relevante que estimula a discussão é o de que, apesar da forte desaceleração experimentada pela economia do Estado em 1995, sua indústria emprega um volume de mão-de-obra superior em 1,03% no acumulado janeiro-novembro, em relação ao mesmo período de 1994.

Nessas circunstâncias, o artigo apresenta três linhas de abordagem. A primeira trata da determinação e comportamento do emprego em função do novo paradigma da produtividade. A segunda coloca conceitos de produtividade, maneiras de medi-la e a sua trajetória diante dos ciclos econômicos. E a terceira, busca um modelo formal de análise para a discussão do caso paranaense.

A evolução da competitividade define o desemprego estrutural e a capacidade de uma economia de enfrentar a concorrência internacional e preservar sua indústria e o emprego por ela gerado.

Começando pelo enfoque do novo paradigma, o que se tem dito a respeito das causas estruturais do desemprego é que, além de ocorrerem em escala mundial, são basicamente determinadas por duas fontes de pressão:

- I - o processo de globalização econômica, que inviabiliza e/ou prejudica a comercialização de produtos dos chamados países emergentes pouco competitivos no mercado internacional. Ao mesmo tempo, a fragilidade da indústria desses países permite, dado o seu grau de abertura comercial, a entrada de produtos estrangeiros de melhor qualidade e a preços mais baixos que os similares nacionais produzidos, desestimulando o desenvolvimento da indústria;
- II - o aumento da produtividade, conseqüência da busca por maior competitividade, gerando impactos negativos sobre o emprego via progresso tecnológico - indutor de tecnologias cada vez mais poupadoras de trabalho - e reorganização industrial.

Nessas duas frentes consubstancia-se o paradoxo da economia contemporânea em que o ritmo de evolução da competitividade define simultaneamente o desemprego estrutural e a capacidade de uma economia para enfrentar a concorrência internacional e preservar sua indústria e o emprego por ela gerado.

No tocante às formas que o desemprego estrutural assume, a experiência tem demonstrado que o avanço tecnológico e a reorganização produtiva eliminam postos de trabalho, acarretando o surgimento de dois tipos de emprego no mercado de trabalho:

o qualificado e o não-qualificado.² O primeiro refere-se à situação da mão-de-obra, que permanece no processo produtivo e que se caracteriza por ser extremamente preparada e adaptada às inovações técnico-produtivas, tornando o trabalho altamente produtivo e com remuneração compatível. O segundo tipo é marcado pela baixa produtividade e baixo grau de especialização, estabelecendo sua remuneração em níveis muito inferiores aos do emprego qualificado. Freqüentemente, este tipo de trabalho encontra seu lugar no setor de serviços, elevando-se em volume em períodos de crise.

Uma das formas buscadas pelos países da Europa para combater o desemprego estrutural tem sido a flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração dos empregados. No Brasil, as recentes experiências da Ford e Volvo de flexibilização da jornada de trabalho representam um esforço bastante positivo no sentido de minimizar os efeitos dos processos de reestruturação produtiva.

Medidas paliativas à parte, é consensual que um aumento substancial da oferta de emprego só ocorre com a forte retomada de crescimento econômico. Nessa direção, AMADEO e VILLELA sugerem, em confronto com o enfoque usual colocado acima, que nem sempre o aumento da produtividade, particularmente o da indústria, irá gerar aumento do nível de desemprego:

[...] o crescimento da produtividade do trabalho não está indissoluvelmente associado à redução do nível de emprego. Não é verdade que, *ceteris paribus*, caso não houvesse crescido a produtividade no Japão, o cres-

cimento do emprego teria sido maior. [...] numa economia vulnerável à concorrência internacional, o crescimento da produtividade tem dois efeitos: dado o nível de produção industrial, estará associado à queda do nível de emprego; porém, ao reduzir o custo unitário do trabalho e aumentar a competitividade, deve estar associado a uma elevação da produção industrial, com efeitos positivos sobre o emprego.³

Para chegar a essas conclusões os autores reportam-se às experiências do Japão e dos Estados Unidos explicando a evolução do emprego enquanto função da produção industrial e da produtividade. A indústria japonesa registrou, durante o período de 1988/92, incremento de 30% em sua produtividade-hora e de quase 8% no emprego industrial. Por seu turno, a indústria americana registrou um aumento de produtividade equivalente à metade da obtida pelo Japão e queda no seu emprego industrial. O fator que explica e ao mesmo tempo indica a relação de causa e efeito nas duas experiências é exatamente o crescimento das produções industriais e das demandas domésticas. Enquanto o Japão obteve um crescimento da produção industrial acumulado em 30%, os Estados Unidos cresceram apenas 6%.

Note-se, pois, que o aumento de produtividade não implica necessariamente impactos negativos sobre o nível de emprego. Ao contrário, o seu incremento pode ter efeitos positivos sobre o emprego via aumento de competitividade, o qual possibilitará a expansão da produção pela ampliação efetiva de capacidade instalada. Em outros termos, o aumento de produtividade não gerará impactos negativos sobre o emprego se o aumento de competitividade se refletir na ampliação de mercado interno e/ou externo. É evidente que essa expansão depende de outros fatores, como as taxas de câmbio – determinante da concorrência interna e externa –, e de outras variáveis macroeconômicas que favoreçam o crescimento econômico, como a taxa de juros.

Passando à análise conceitual e do comportamento da produtividade em ambientes econômicos de recessão e de crescimento⁴, vale assinalar que entende-se produtividade como a razão entre o volume da produção e a quantidade de fatores utilizada no processo produtivo (máquinas e equipamentos, insumos, capital de giro e mão-de-obra).

No curto prazo, o índice de produtividade pode alterar-se de acordo com a variação da quantidade produzida ou da utilização da capacidade instalada. No entanto, o aumento de produtividade relevante é aquele permanente, fruto de reestruturação produtiva, com maturação a médio e longo prazos. Neste caso, a reestruturação incorpora investimentos em ampliação física das plantas, melhoria qualitativa de máquinas e equipamentos, inovações tecnológicas, elevação do nível educacional dos trabalhadores, reorganização do processo produtivo, entre outros aspectos.

Como medir a produtividade? Ela pode ser avaliada sob dois ângulos: o da produtividade total, que leva em consideração o total de recursos utilizados no processo produtivo, e a produtividade parcial, que relaciona a produção com um recurso ou parcela deste. Normalmente utiliza-se o indicador de produtividade parcial e, mais especificamente, o de produtividade-hora de trabalho, para efeito de comparabilidade internacional. Evidentemente, esse método de aferição apresenta algumas restrições:

- a produtividade do trabalho não aumenta só pelo melhoramento da capacidade da mão-de-obra, mas também pela introdução de novos equipamentos e pelo aprimoramento qualitativo dos materiais empregados;
- o investimento em novos equipamentos, por vezes, pode ocasionar o declínio da produtividade em virtude da fase de adaptação ao novo processo;
- a recorrência a treinamentos da mão-de-obra interrompe os processos provocando redução na produtividade.

Com relação aos possíveis comportamentos da produtividade nos ciclos recessivo e expansivo, VILELLA e SILVA⁵ enfocam dois momentos distintos da economia brasileira para qualificar essa discussão. O primeiro, que abarca os anos de 1985 a 1989, foi marcado por crescimento econômico acompanhado de substancial aumento de emprego e queda de produtividade. O segundo, de 1988 a 1992, registra forte declínio da atividade produtiva e concomitante queda do nível de emprego, resultando em significativo aumento de produtividade.

Nessas circunstâncias cabe esclarecer que é natural que, em períodos de depressão, as empresas venham a realizar redução de ineficiências e desperdícios e a manter nos seus quadros funcionais os trabalhadores mais eficientes, tendendo, assim, a elevar os índices de produtividade. Inversamente, em tempos de ascensão econômica, sob ambiente pouco competitivo, a evolução da produtividade tende a ser negativa ou, no mínimo, estacionária.

Feita a abordagem da produtividade do ponto de vista do novo paradigma e uma apreciação conceitual, resta adentrar no debate da situação regional e suas conseqüências na geração de emprego. É prudente alertar desde já para o caráter exploratório da análise desenvolvida, diante da precariedade das estatísticas disponíveis e do reduzido volume de informações, essencialmente conjunturais e conseqüentemente menos apropriadas para interpretação de trajetória da variável produtividade. Portanto, as conclusões extraídas devem ser interpretadas como preliminares, carecendo de detalhamento em fases subsequentes.

Serão estabelecidas quatro situações – baseadas nas considerações tratadas nos parágrafos anteriores –, sendo que as duas primeiras refletirão os ramos industriais que tenham obtido, no período analisado, ganhos expressivos de produtividade. Já as duas últimas situações caracterizarão aqueles ramos industriais que apresentaram índices de produtividade estacionários e/ou declinantes.

Grupo I - registraram expansão da produção acompanhada de ganhos expressivos de produtividade, aumentando sua competitividade no mercado interno e externo, gerando impactos positivos e negativos sobre o emprego;

Grupo II - observaram retração da produção acompanhada de ganhos de produtividade, caracterizando comportamento típico de período recessivo: redução de ineficiências e manutenção de trabalhadores mais experientes e/ou eficientes, com impactos negativos sobre o emprego;

Grupo III - registraram expansão/declínio da produção, acompanhada de redução e/ou estabilidade da produtividade favorecida pelo ambiente não competitivo, com a oferta de emprego variando de acordo com o comportamento da produção;

Grupo IV - experimentaram produtividade estacionária e/ou declinante com efeitos negativos sobre o emprego.

A respeito dessa classificação são relevantes dois comentários. Em primeiro lugar, os possíveis impactos negativos nos grupos I e II podem se justificar pela fase inicial de reestruturação produtiva, na qual se eliminam ineficiências e/ou se implantam mudanças de caráter tecnológico, com inovações que poupariam trabalho por unidade de produto, gerando, assim, efeitos negativos sobre o emprego. Contudo, numa segunda etapa, a conseqüente elevação da competitividade garantiria ampliação do seu mercado, permitindo impactos positivos sobre o emprego.

Em segundo lugar, no tocante aos grupos III e IV, em períodos de crescimento, índices de produtividade estacionários ou declinantes não constituem fator determinante para o aumento de vendas e permitem a elevação de emprego. Todavia, num momento mais intenso de concorrência no mercado ou de contração de demanda, podem provocar fortes impactos negativos sobre a produção e sobre o nível de emprego. Além do mais, a perda de competitividade deve, no longo prazo, ocasionar o encolhimento da participação e possível eliminação dessas empresas no mercado.

Em breve retrospecto, desde o final de 1992, a economia paranaense vem registrando fortes sinais de recuperação em razão da retomada econômica em nível nacional (antecedida pelos anos de recessão

profunda do Governo Collor) e, principalmente, das condições favoráveis do mercado internacional, particularmente para a agricultura e agroindústria com a elevação dos preços das *commodities* internacionais.

Especificamente, no ano de 1993, apesar do bom desempenho médio da indústria, os gêneros da metalurgia, madeira, matéria plástica e têxtil exibiram resultados desfavoráveis. Em 1994, repete-se essa situação, incluindo os resultados negativos dos ramos de minerais não-metálicos, mobiliário e produtos alimentares.

Em termos do emprego industrial, observou-se o início de uma recuperação em meados de 1993 e um crescimento sustentado em 1994. Apenas para explicitar melhor, a retomada das contratações em 1993 não havia sido suficiente para recuperar o volume de emprego, ficando o índice -0,63%, em relação ao do ano anterior, enquanto em 1994 o emprego já aumenta em 3,94%, baseado em mesma comparação (tabela 2). Acrescente-se a isto o significativo avanço do processo de reestruturação da indústria estadual, espelhado na elevação dos seus índices de produtividade (tabela 3), já destacado por LOURENÇO.⁶

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DE EMPREGO, SEGUNDO GÊNEROS DE ATIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE - 1993-1994

GÊNEROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1993	1994	Acumulado
Minerais Não-metálicos	-15,45	-3,62	-18,51
Metalurgia	10,25	16,56	28,51
Mecânica	0,67	6,53	7,24
Material Elétrico e de Comunicações	-15,49	31,36	11,01
Material de Transporte	10,51	25,27	38,43
Madeira	7,93	2,35	10,47
Mobiliário	7,36	0,84	8,26
Papel e Papelão	-7,42	6,46	-1,44
Couros e Peles	3,41	-3,63	-0,34
Química	-4,38	-2,56	-6,83
Produtos de Matéria Plástica	6,16	-0,99	5,11
Têxtil	-8,53	-9,58	-17,29
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	-11,99	11,31	-2,03
Produtos Alimentares	3,07	2,94	6,10
Bebidas	-17,64	-7,99	-24,22
TOTAL	-0,63	3,94	3,28

FONTE: FIEP

Em termos globais, pode-se afirmar que essa reestruturação da indústria paranaense não causou impactos negativos sobre a geração de emprego. Ao contrário, a expressiva elevação de 36,5% de sua produtividade provocou aumento do emprego em 3,28%. Sublinhe-se que esse impacto está também diretamente correlacionado com o substancial aumento de 22,3% da produção física industrial do Estado.

Com base na análise desenvolvida e com o auxílio dos dados das tabelas 2 e 3, é possível estabelecer o perfil da produtividade e o comportamento do emprego nos vários gêneros de atividade no período 1993-1994 (quadro 1).

TABELA 3 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO, NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS E PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL, SEGUNDO GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1993-1994

GÊNEROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)								
	1993			1994			Acumulado		
	P	HTP	PDT	P	HTP	PDT	P	HTP	PDT
Minerais Não-metálicos	0,5	-17,8	22,3	-6,5	4,5	-10,5	-6,0	-14,1	9,4
Metalurgia	8,9	10,3	-1,3	0,9	31,0	-23,0	9,9	44,5	-23,9
Mecânica	18,5	13,5	4,4	33,6	4,0	28,5	58,3	18,0	34,2
Material Elétrico e de Comunicações	18,3	-21,0	49,7	26,2	9,0	15,8	49,3	-13,9	71,4
Material de Transporte	46,2	26,5	15,6	47,6	42,2	3,8	115,8	79,9	20,0
Madeira	3,2	7,9	-4,4	-3,6	-6,5	3,1	-0,5	0,9	-1,4
Mobiliário	27,2	9,5	16,2	8,3	14,2	-5,2	37,8	25,0	10,2
Papel e Papelão	3,3	3,9	-0,5	3,9	7,1	-3,0	7,3	11,3	-3,6
Couro e Peles	-4,8	-7,2	2,6	-4,3	-26,9	30,9	-8,9	-32,1	34,2
Química	14,1	-15,8	35,5	12,5	8,8	3,4	28,4	-8,4	40,2
Produtos de Matéria Plástica	2,4	43,4	-28,6	-18,4	3,2	-20,9	-16,4	48,6	-43,7
Têxtil	-32,0	0,5	-32,3	-10,0	1,4	-11,0	-38,8	1,9	-39,9
Vestuário, Calçados e Artefatos	-1,7	-3,4	1,8	18,0	-17,6	43,2	16,0	-20,4	45,7
Produtos Alimentares	19,5	-30,4	71,7	1,5	8,1	-6,1	21,3	-24,8	61,3
Bebidas	13,9	-29,9	22,8	27,9	-2,0	30,5	45,7	-31,3	112,0
TOTAL	11,9	-8,3	22,0	9,3	-2,3	11,9	22,3	-10,4	36,5

FONTE: IBGE, FIEP

NOTA: P=produção, HTP=horas trabalhadas na produção, PDT=produtividade.

Conforme abordado, o período de dois anos selecionado para a análise é demasiadamente curto para possibilitar a identificação de um maior número de influências de longa maturação nos índices de produtividade total. Recorde-se que a própria parcialidade do índice pode ocultar ganhos e perdas de produtividade total. Por isso, essa breve discussão será acompanhada por uma análise qualitativa do desenvolvimento setorial da indústria paranaense.

De imediato, observa-se a presença de um grupo considerável de gêneros industriais que vem buscando maior nível de eficiência. Do grupo I surgem mecânica, material elétrico, material de transporte, produtos alimentares e mobiliário com impactos positivos sobre a geração de empregos (ver quadro 1). Esse fenômeno é fruto do aumento da produtividade, resultando em acréscimo de competitividade, o que garante a consolidação das empresas atuantes nos mercados. A maioria delas atua nos mercados interno e externo, como na área da metal-mecânica, na produção de tratores, implementos agrícolas e freezers e geladeiras; na de material elétrico em segmentos de insumos para telefonia, peças e acessórios destinados à distribuição e geração de energia elétrica; e na de material de transporte na produção de caminhões de carga.

Contudo, nos segmentos de vestuário, bebidas e química os aumentos de produtividade não se traduziram em evolução do emprego, ocasionando, inversamente, quedas de 2,03%, 24,2% e de 6,83% respectivamente, por razões distintas.

No vestuário, o comportamento encontra explicação parcial no fato de o ramo de confecções ser dominado por pequenas e médias empresas intensivas em mão-de-obra. Assim, o índice de produtividade foi influenciado negativamente pelo desempenho

QUADRO 1 - PRODUTIVIDADE E EMPREGO NA INDÚSTRIA PARANAENSE - 1993 - 1994

GRUPOS	PRODUTIV.	EVOLUÇÃO DO EMPREGO
Grupo I		
Mecânica		+
Material Elétrico e de Com.		+
Material de Transporte	+	+
Mobiliário		+
Produtos Alimentares		+
Química		-
Bebidas		-
Vest., Calçados e Artel. de Tecidos		-
Grupo II		
Minerais Não-metálicos	+	-
Couro e Peles		-
Grupo III		
Metalurgia		+
Papel e Papelão		-
Madeira		+
Produtos de Matéria Plástica		+
Grupo IV		
Têxtil		-

de produção em 1993. Em 1994, a retomada do mercado permitiu a recuperação do emprego e expressiva elevação da produtividade, aspectos ligados à condução de um processo de reestruturação produtiva mais amplo, através da realização de investimentos em tecnologias modernas e ao uso mais intensivo da mão-de-obra.

Parece correto pressupor a recorrência simultânea de rearranjos estruturais e absorção de mão-de-obra. Esse setor vem investindo, ainda que de modo lento em relação ao seu ritmo de crescimento, em aumento de produtividade através da aquisição de maquinários mais avançados e de iniciativas de reorganização gerencial-operacional da produção. O fator locacional tem sido decisivo para a competitividade e expansão da atividade, particularmente nas regiões norte e noroeste do Estado, devido ao tamanho do mercado consumidor regional, possibilitando à indústria local melhores preços em relação a outros centros produtores, como São Paulo e Santa Catarina, e permitindo o delineamento de uma tendência de consolidação do segmento de confecções do Paraná.

Nos gêneros bebidas e química, a retomada de contratações durante 1995 (o de bebidas elevou o número de postos em 27,03% de janeiro até agosto, enquanto o de química acresceu o emprego em 1,62%) permite encaixá-los na situação em que as empresas passam por uma fase inicial de reestruturação para posteriormente, com a elevação da competitividade, efetivar maiores investimentos em ampliação da capacidade produtiva e no número de postos de trabalho. No entanto, a forte redução do emprego em 1993-94 e a recuperação parcial em 1995 confirma a tendência de menor ritmo de contratação, comparando-se a períodos anteriores.

O grupo II combina ganhos de produtividade em momentos de crise e de crescimento, configurando declínio de emprego em minerais não-metálicos e couros e peles, conduzindo à associação entre o aumento de produtividade e redução de ineficiências e desperdícios.

O gênero minerais não-metálicos apresentou pequeno aumento de produção em 1993 e declínio em 1994. O índice de produtividade mostrou-se crescente e declinante, sendo que o resultado acumulado foi positivo (ver tabela 3), havendo, nos dois períodos, diminuição da mão-de-obra empregada (ver quadro 1). Na verdade, essa indústria vem realizando desde o início dos anos 90 pesados investimentos em ampliação da capacidade instalada e elevação de produtividade, especificamente nos ramos de cimento e porcelana (pisos, azulejos e louça sanitária). Preocupadas com o impacto ambiental e o reaproveitamento de resíduos industriais, as cimenteiras passaram, na presente década, a priorizar inversões na implantação de filtros eletrostáticos, que retêm produtos contaminadores presentes na fumaça expelida da fábrica. Em paralelo, ocorreram investimentos direcionados à redução de custos, mediante a implantação recente de sistema de co-processamento, que consiste no reaproveitamento de resíduos industriais como insumo na produção de cimento e como fonte

energética para a alimentação dos fornos de alta temperatura.

Os segmentos de olaria e cerâmicas não devem ter apresentado expressivos índices de produtividade, dada a pulverização técnico-espacial das plantas e o reduzido padrão de qualidade exigido pelos mercados consumidores. A forte redução do emprego em minerais não-metálicos (18,51% em dois anos) evidencia os fortes impactos negativos do processo de reestruturação sobre a geração de postos de trabalho.

Na mesma direção, o gênero couros e peles registrou queda da produção e do emprego no período. Esse desempenho está ligado a problemas com a oferta de matéria-prima, pois as empresas beneficiadoras, em momentos de declínio da oferta interna do produto, são obrigadas a recorrer às importações para atender às necessidades de produção. No que se refere à produtividade, há que se considerar as iniciativas de terceirização promovidas pelas firmas líderes no Paraná como forma de racionalizar os custos. Não existe, no entanto, nenhuma indicação forte, no que diz respeito à produção exclusiva do couro, de um processo amplo de reestruturação produtiva no setor. Não existe também nenhum processo explícito de inovações de produtos para o mercado, aproveitando "brechas" para exploração do couro como insumo para peças do vestuário.⁷

A elevação da produtividade permitiu a vários segmentos da indústria estadual elevar a produção e o emprego. Em outros, o aumento da produtividade foi obtido pela forte redução dos quadros funcionais.

Voltando a atenção para aqueles grupos de indústrias que obtiveram ou não aumento de emprego, independentemente do declínio da produtividade, supõe-se que o comportamento da produção e do emprego responderia quase que estritamente a impulsos de mercado. Isto se explicaria, em grande medida, pelo ambiente de baixa competitividade característico desses gêneros, garantindo a sua sobrevivência. De acordo com a classificação, o conjunto é formado por papel e papelão, metalurgia, madeira, produtos de matéria plástica e têxtil.

No ramo de papel e papelão, o índice de produtividade mostrou-se declinante e a produção crescente, sugerindo um mercado pouco competitivo. Contudo, esse indicador mostra-se insuficiente para explicar a realidade do setor. Por certo, o índice foi afetado pela etapa de maturação de investimentos em expansão da capacidade instalada e aumento de produtividade realizados por importante empresa atuante no Estado. Ressalte-se também a influência do ano de 1993 sobre o comportamento do índice, quando a produção de papel foi prejudicada pela

forte retração do mercado mundial do produto. Por último, e em contraposição à caracterização do grupo III, ressalte-se que o mercado de papel nacional e internacional é extremamente competitivo. Portanto, a crise forçou essa atividade a recorrer a cortes e eliminação de postos de trabalho, como aponta a queda acumulada de 1,44% em 1993-94.

A indústria têxtil experimentou retração de produção e emprego no período, quadro intimamente ligado à progressiva estagnação da cotonicultura no Estado. Ainda assim, o preço do algodão tem caído de forma expressiva nos últimos dez anos, apesar de sua elevação na safra 93/94.⁸ Some-se a isto a possibilidade de acesso da indústria local (e também da nacional) a uma matéria-prima de melhor qualidade e a prazos de financiamento diferenciados no comércio exterior, viabilizada desde a queda das alíquotas de importação do algodão no final do Governo Sarney.

Tais fatos reforçam o argumento de baixa taxa de inversão das indústrias de fiação e tecelagem nos últimos anos. As cooperativas do Estado esboçam um movimento em direção à elevação da qualidade da

produção de fios através da incorporação de tecnologias de ponta, que vem trazendo resultados concretos, tendo em vista que a qualidade do produto já é suficiente para enfrentar o mercado internacional.⁹ Porém, ainda que as cooperativas tenham importante peso na composição do setor de fiação e tecelagem estadual, os investimentos realizados não têm alterado, de forma relevante, sua participação no mercado nacional. Daí o péssimo desempenho da indústria têxtil estadual, em relação à nacional, no biênio 93-94; enquanto na primeira a produção física decresceu 38,8%, na segunda elevou-se em 10%. Essa retração da produção estadual conferiu ao setor uma queda de 17,29% na sua oferta de emprego.

Os resultados negativos da produtividade dos gêneros madeira, metalurgia e matéria plástica indicam a não ocorrência dos seus ajustes produtivos. Ao mesmo tempo, o crescimento do emprego em face do declínio de produção – como ocorrido nos de matéria plástica e madeira – sugere a predominância de estruturas de mercados pouco competitivas, operadas por empresas de pequeno porte, pulverizadas geograficamente.

Na realidade, esses segmentos contam com empresas de grande porte operando com tecnologias avançadas e atuando em mercados altamente competitivos. Estas vêm realizando inversões em elevação da qualidade de seus produtos e ampliação da capacidade instalada baseada em tecnologias de última geração.

Procurando sintetizar os resultados da análise, tem-se as seguintes observações no tocante ao emprego *versus* produtividade na indústria paranaense:

- a) a elevação da produtividade possibilitou a ampliação do emprego em gêneros importantes como a mecânica, material de transporte, material elétrico, mobiliário e produtos alimentares. Em outros gêneros os ganhos de produtividade decorreram da forte redução dos quadros funcionais, vinculada à reorganização de processos e/ou à implementação de tecnologias poupadoras de trabalho, como parece ter ocorrido em química, bebidas, papel e papelão e minerais não-metálicos;

- b) certos segmentos da cadeia industrial do Estado, ainda incipientemente inseridos no contexto da globalização econômica, como o têxtil, o de vestuário e o madeireiro, demonstram maior fragilidade diante de ambientes recessivos e elevação dos padrões concorrenciais. Tal fragilidade conferiu a estes segmentos impactos desfavoráveis sobre o emprego.

Diante do exposto, surge a inevitável indagação acerca das possibilidades futuras de expansão do emprego da indústria paranaense.

Para as empresas que já realizaram enxugamentos de suas estruturas e integram os oligopólios dominantes dos mercados, o aumento da produtividade obtido nos anos recentes por meio da elevação do nível tecnológico poderá refletir-se em queda do emprego ou em escassos efeitos positivos. São os casos de minerais não-metálicos (cimento, porcelana e pisos), de papel e papelão (papel *off-set* e papel para imprensa) e das empresas líderes do ramo madeireiro.

A médio prazo os gêneros bebidas, material elétrico, material de transportes, papel e papelão, e mesmo minerais não-metálicos na área de porcelana, apesar de terem seus processos produtivos assentados em alta relação capital-trabalho, devem elevar o nível absoluto de emprego em face de vultosos investimentos iniciados e/ou planejados recentemente para a implantação de novas unidades produtivas ou expansão da capacidade instalada.

As indústrias de alimentos, material elétrico e mobiliário sustentam condições favoráveis de crescimento da produção e do emprego via diversificação da sua linha de produtos, como já vem ocorrendo em produtos alimentares e, em menor medida, em material elétrico, particularmente na linha das incubadoras tecnológicas.

Finalmente, os ramos de couros e peles, têxtil e vestuário têm suas possibilidades de crescimento atreladas à retomada do crescimento e à conseqüente expansão de emprego e renda agregada, conduzindo à elevação de seu grau de competitividade.

NOTAS

¹FEIJÓ, Carmem A. do V. C.; CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de. *A evolução recente da produtividade e do emprego na indústria brasileira*. Proposta: Experiências em Educação Popular, Rio de Janeiro: FASE, v.22, n. 63, p.38-42, dez.1994. p.41.

²A este respeito ver WELMOWICKI, Márcia; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de; MOTTA, Maria Fátima dos S. Rosinha. *A dualidade no mercado de trabalho: quantidade ou qualidade na geração de empregos?* Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.99-114, dez.1994.

³AMADEO, Edward J.; VILLELA, André. *Crescimento da produtividade e geração de empregos na indústria brasileira*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.51-70, jun.1994.

⁴Os conceitos e idéias aqui desenvolvidas são baseadas em VILLELA, André; SILVA, Ricardo. *Ganhos de produtividade: aspectos conceituais e implicações econômicas*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.77-98, dez.1994.

⁵VILLELA; SILVA.

⁶LOURENÇO, Gilmar Mendes. *Expansão recente da economia paranaense: componentes estruturais e conjunturais*. Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.17, n.3-4, p.20, mar./abr.1995.

⁷Em couros e peles há um grande potencial inexplorado representado pelas inovações em termos de produtos de couro ligados à indústria de confecções, ao mesmo tempo que um potencial de capacidade produtiva utilizado nos curtumes. (URBAN, Maria Lucia de Paula. *Dilemas da economia paranaense*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n.84, p.13-17, jan./abr.1995. p.15).

⁸A queda do preço médio do algodão em caroço entre 1985 e 1995 foi 44% (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Estudo da competitividade do algodão do centro-sul brasileiro*. Curitiba: IPARDES, 1995. p.76).

⁹Observam-se, contudo, algumas diferenças nas empresas cooperativas onde já se avança nas etapas do processo industrial de fiação, com tecnologia de última geração, produzindo um fio de reconhecida qualidade nos mercados interno e externo. (INSTITUTO PARANAENSE..., *Estudo da competitividade do algodão...*, p.73).